

Regeneração Urbana e a preservação dos testemunhos históricos

Conceição Pinto (*)

O crescimento urbano que aconteceu nos países industrializados e destruídos pela 2ª Grande Guerra, atingiu Portugal, de forma desregulada e descontrolada, depois da Revolução de Abril.

A construção industrializada ultrapassou o direito democrático a uma habitação económica e em boas condições, para passar a dominar a actividade económica nacional: há três décadas que se constrói segundo uma lógica especulativa, socialmente injusta, economicamente desequilibrada, ambientalmente degradada e esteticamente desagradável.

Hoje o território apresenta uma ocupação com graves problemas sociais, económicos e urbanos:

- Excesso de fogos construídos, coexistente com um significativo número de pessoas sem habitação ou a viverem em casas degradadas e inabitáveis;
- Vastas áreas urbanas desqualificadas e fragmentadas, sem equipamentos e infra-estruturas básicas de apoio ao quotidiano das populações residentes, sem identidade, sem áreas de socialização e desumanizadas;
- Núcleos urbanos ocupados por população de baixos rendimentos e envelhecida, com inúmeros edifícios degradados, devolutos e em ruínas, pouca actividade económica, comércio tradicional decadente, com estruturas urbanas degradadas e desqualificadas.

No Algarve, a luta das instituições públicas em contrariar a decadência dos núcleos antigos apenas se começou a verificar, há pouco mais de 2 décadas, com os primeiros Gabinetes Técnicos Locais em Lagos, Olhão, Tavira, Silves e Faro e com os primeiros Planos de Salvaguarda.

Os núcleos (grandes e pequenos, monumentais ou tradicionais) são a referência para as populações autóctones, receptáculos de memórias e de identidade - humanizados na escala, adaptados às características geo-morfológicas, aos recursos disponíveis e às especificidades climáticas, à cultura das populações que os construíram ao longo do tempo - registam a história dos povos.

Constituindo locais de grande valor cultural, já não conseguem dar resposta às necessidades dos novos tempos, de mobilidade, de conforto, de economia, de localização, dimensão e acessibilidade às estruturas económicas, ao modo de vida moderno: são hoje áreas debilitadas: sem gente, sem vida económica e sem qualidade ambiental.

As edificações são resultantes de materiais originários dos próprios locais e de modos de fazer tradicionais e artesanais que já não existem ou constituem trabalhos especializados dispendiosos, que exigem obras de manutenção e conservação regulares e apresentam custos de reabilitação elevados, características incompatíveis com as exigências da actualidade

As estruturas urbanas compactas e irregulares, marcadas por arruamentos sinuosos e estreitos, por largos e praças com forte valor simbólico - lugares de poder, de comércio e de contexto social e cultural - não comportam a circulação motorizada, a mobilidade rápida, o estacionamento de viaturas em número crescente nem a acumulação de equipamentos.

A preservação destes testemunhos históricos afigura-se incomportável e encontra-se hoje, perante duas grandes questões:

- A preservação da autenticidade obriga a uma acção sobre as estruturas físicas reversível, de modo a não destruir ou adulterar estas fontes de informação sobre a história das

comunidades;

- A regeneração das estruturas urbanas obriga à revitalização social, económica e ambiental, através da sua reutilização e refuncionalização compatível com a respectiva preservação.

Nos últimos anos verificaram-se significativos investimentos públicos e comunitários na requalificação urbana de áreas antigas e respectivas frentes ribeirinhas, na reabilitação de imóveis e sua refuncionalização como equipamentos e serviços de utilização pública. No entanto, os bairros, os quarteirões e imóveis que os constituem, continuam por reabilitar, e a regeneração socioeconómica destas áreas continua a não acontecer.

Os núcleos antigos apresentam questões específicas que exigem soluções complexas, mas são parte de estruturas urbanas de maiores dimensões e delas indissociáveis, carecendo de soluções abrangentes e integradas numa área territorial mais vasta.

(*) Arquitecta. Sócia da AGEAL